

DIREITO À INFORMAÇÃO - ARTIGO 110.º DO RJUE
Consulta de Processo

Exma. Sr.^a
Presidente da Câmara
Municipal de Setúbal

Identificação _____,
BI / Cartão de Cidadão n.º _____, emitido em / válido até _____ Contribuinte
Fiscal n.º _____, com sede/morada em _____
_____, freguesia de _____, concelho
de _____, código postal _____, telefone n.º _____, telemóvel
_____ E-mail: _____

na qualidade de _____ (1), vem **requerer a V. Ex.^a, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 110.º** do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na publicação em vigor, **que lhe seja facultada a consulta do processo n.º _____/_____**, que se encontra em nome de _____, relativo à seguinte operação urbanística: Loteamento Edificação Alteração de Utilização Outro. Qual?

Qual o objeto da consulta? _____

Qual o interesse legítimo na consulta do processo? _____

Pede deferimento,

Assinatura _____

(1) – Proprietário/Mandatário/Usufrutuário/ Promitente comprador, etc.

Junta os seguintes documentos:

- Escritura Certidão de teor Contrato de arrendamento Cédula profissional
 Outro. Qual? _____

PROTEÇÃO DE DADOS

– Autorizo o Município de Setúbal a utilizar os dados fornecidos no presente requerimento no âmbito do processo a que se destina, bem como os contatos pessoais para comunicação no âmbito deste e de outros processos.

NOTAS:

- Para efeitos do disposto nos artigos 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 555/99, na publicação em vigor, os elementos necessários à instrução do pedido são entregues em formato digital.
- O requerimento deve ser autenticado através de assinatura digital do requerente. Caso este não possua meios para autenticar digitalmente este documento, deverá efetuar a assinatura em papel, digitalizar o formulário e inseri-lo no CD/PEN/DVD.